



Capital social e socialização política dos jovens no Brasil

Social capital and political socialization of youth in Brazil

Rosana Katia Nazzari
knazzari@certto.com.br

Resumo: Com base em investigações de cunho nacional e internacional, estabeleceram-se referenciais teóricos relacionados à socialização, à cultura política e ao capital social necessários para a compreensão da formação da juventude e para a prática democrática. O estudo investiga a socialização política e o capital social dos jovens brasileiros no início do século XXI, no contexto do debate sobre a consolidação democrática no País. A juventude é retratada como uma construção histórica e social, e seu perfil é traçado por meio dos impactos conjunturais desencadeados pelo processo de globalização e, também, por meio de impactos estruturais tendo em vista a cultura política híbrida de autoritarismo e democracia.

Palavras-chave: capital social, socialização política, juventude, democracia.

Abstract: Based upon research at the national and international level, this article examines the theoretical references related to political socialization, political culture and social capital, as elements needed to understand the youth's education and their democratic practices. The study investigates the political socialization process and social capital of the Brazilian youth at the beginning of the 21st century, in the context of the debate about the democratic consolidation in the country. The youth are portrayed as a historical and social construction, and their profile is described through the contextual impacts caused by the process of globalization, as well as through the structural impacts caused by the hybrid political culture which mixes elements of authoritarianism and democracy.

Key words: social capital, political socialization, youth, democracy.

Introdução

A emergência da socialização política da juventude como tema de estudo remete para análises que, tendo como parâmetro geral a nossa sociedade, preocupam-se em apreender as especificidades e formas de concretização de uma dada cultura juvenil ou da juventude. Nesse sentido, busca verificar se os novos tempos das novas tecnologias, com um

poder incomparável de inovação e transformação social, podem agregar variáveis que vão além das visões utilitaristas de mercado e determinar um acréscimo nos índices de capital social, com ampliação da confiança entre as pessoas e da cooperação mútua para melhorar o bem-estar das comunidades, como proposta nova para os tempos atuais.

Por um lado, os jovens brasileiros convivem com situações muito dife-

rentes das dos jovens em países desenvolvidos, enfrentando problemas sociais como a miséria, a exclusão, o desemprego e a falta de perspectivas em relação ao futuro de suas vidas. Esse é o cotidiano dos jovens do Terceiro Mundo. Por outro lado, nos países ricos, o conjunto da população pode orientar seu comportamento político numa perspectiva considerada pós-materialista. Nesta situação, os problemas básicos de educa-

ção, saúde, habitação ou transporte já foram sanados e os jovens podem levantar outras bandeiras, entre elas, a de defesa do meio ambiente e a da melhoria da qualidade de vida (Baquero, 2001a).

A importância da juventude no questionamento da cultura política materialista dominante em nossos países é examinada por Paulo J. Krischke (2000, p. 23), em seu estudo sobre o pós-materialismo. A inconformidade dos jovens com a política tradicional e a busca por novos meios de sua superação têm sido identificadas pelos pesquisadores por caminhos e métodos diferentes. Segundo o autor, longe da apatia e do desinteresse que, em muitos casos, são tidos como algumas das características da juventude, é possível visualizar seu interesse na resolução dos problemas da humanidade e a sua vontade de transformá-los.

Atualmente, constata-se que as agências socializadoras foram transformadas pelo impacto das novas tecnologias. A nova estrutura familiar e a maior preocupação dos pais com o mercado de trabalho reduzem o tempo de convivência familiar dos pais com os filhos. A escola, por sua vez, também prioriza a preparação dos jovens para o mercado de trabalho, baseada na necessidade de geração de capital humano. Ambas as agências preocupam-se em habilitar os jovens para o mercado, mais competitivo e excludente, reforçando antes valores individuais e consumistas que incentivando a formação de capital social.

Neste sentido, não geram alternativas para a inclusão da maioria dos jovens em novos espaços democráticos, que poderiam criar alternativas de cooperação e confiança mútuas para a solução dos problemas das comunidades.

Com base neste cenário faz-se uma análise do processo de socialização política, com a finalidade de

identificar os índices de capital social entre os jovens no Brasil.

Para desenvolver a pesquisa, realizaram-se dois estudos: um de natureza teórica e outro de natureza empírica. Partiu-se de uma análise histórico-estrutural da cultura política e examinaram-se questões conjunturais ligadas aos problemas da globalização, da democracia e da socialização política, com ênfase no conceito de capital social. No âmbito empírico, foi empregado o método estatístico de natureza inferencial em uma amostra estratificada de jovens estudantes brasileiros das escolas públicas e privadas de duas cidades do Estado do Paraná: Curitiba e Cascavel. Por meio da aplicação de um questionário (51 questões, entre fechadas e abertas), foram coletadas 2.119 entrevistas para medir índices de capital social entre os jovens. Pela consulta a dados de pesquisas realizadas em nível nacional e internacional buscou-se a comparação com os resultados obtidos no estudo empírico.

Tendo como pano de fundo o cenário e os efeitos da globalização sobre os comportamentos dos jovens, o estudo postula que a socialização política pode estar mudando os padrões de participação política e de organização democrática, construindo um novo tipo de comunidade cívica, capaz de auxiliar na elaboração de um projeto de desenvolvimento econômico, humano e igualitário.

A revisão dos estudos de socialização política aponta para importância das primeiras experiências formativas das crianças e jovens. Essas experiências têm influência decisiva na vida adulta, favorecendo o aprendizado participativo e cooperativo.

Resultados de pesquisas sobre socialização política e capital social indicam que: 1) Os problemas econômicos são os que mais afligem os jovens, tendo em vista as dificuldades de inserção no mercado de trabalho

e a contínua crise econômica do País. 2) No geral, a percentagem de jovens que discute os problemas da escola vem se ampliando, sendo que as meninas apresentam atitudes de eficácia política mais democráticas, em escolas privadas. Já nas escolas públicas, os alunos apresentam índices maiores de eficácia política ao discutirem mais os problemas da escola; 3) Apesar de a maioria (85,5%) dos entrevistados assinalarem que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas na sua escola, não utilizam os canais representativos dos estudantes para as suas demandas; 4) Segundo Nazzari (2002) e Schmidt (2000), a maioria dos estudantes sabe da importância da participação (76,9%). 5) Quanto à televisão, os dados da pesquisa de amostra por domicílios do IBGE (2000) destacam que este veículo está presente em 87,7% dos lares brasileiros. Esta também aparece como a segunda principal fonte de lazer dos jovens na pesquisa da UNICEF (2002). 6) A rede da Internet pode colaborar, em médio prazo, para incentivar níveis mais amplos de capital social entre os jovens e futuros cidadãos. Ademais, sua utilização pode ser fonte de informação e aprendizado na escola.

A partir da compreensão da realidade juvenil contemporânea brasileira, das práticas e da relação que os jovens estabelecem com as agências socializadoras, pretende-se problematizar a questão da socialização política juvenil na sua relação com o capital social, contemplando as variáveis confiança, cooperação e participação política dos jovens.

Capital social: confiança e cooperação

O pressuposto essencial é que o capital social é gerado por redes de confiança, que, segundo Baquero (2001a, p. 36), “proporcionam o ele-

mento de previsibilidade, que está ausente, tendo em vista o baixo estoque de racionalidade formal nos sistemas políticos”.

Misztal (1998, p. 11) aponta que a confiança é uma condição necessária para se manter a ordem social. Assim, “a confiança pode ser definida como mecanismo de solução para o problema da cooperação”; além disso, cria condições para o desenvolvimento da solidariedade, tolerância e legitimação do poder. A confiança nos outros é importante para sustentar a ordem coletiva, pois pode produzir um sentimento de eficácia política na participação democrática.

As ciências sociais abandonaram as noções de obrigações morais; assim, confiança e solidariedade foram consideradas irrelevantes. “Mas o debate reaparece sobre a nova ordem industrial, na qual a confiança é válida como um recurso para aliviar o atomismo individualista da sociedade moderna” (Misztal, 1998, p. 1-2).

O argumento central é que as regras de confiança entre a comunidade e o governo são essenciais para a efetiva responsabilidade das instituições. Observa-se também que as teorias aliadas ao capital social revitalizam a idéia de sociedade civil como base da coesão social, pois o critério de confiança moderno tem uma racionalidade diferente dependendo das crenças morais de cada sociedade, que tem suas próprias bases de valores e crenças culturais.

A confiança interpessoal que envolve os relacionamentos cotidianos e a confiança nas pessoas, as relações com os membros da família, amigos, professores, vizinhos **1**, entre outros grupos de referência para os indivíduos. Por sua vez, a confiança institucional é relacionada à credibilidade das instituições políticas, econômicas e sociais **2**. Ambas fazem parte da confiança social, que, para Durkheim, gera cooperação e alimenta mais confiança.

A principal força que desencadeia o crescimento dos índices de capital social em uma comunidade pode ser verificada nas relações de confiança social. No entanto, os estudos apontam a redução dos níveis de confiança em todo o mundo.

Em nível mundial, observa-se que em relação à juventude os “sentimentos de confiança são semelhantes aos da população geral, como revelam as recentes sondagens sobre os frágeis percentuais de respostas a respeito das fontes de confiança” (Pagé e Chastenay, 2003, p. 7). Nesta direção, em contexto local, os dados sobre os jovens brasileiros não destoam dos baixos percentuais de confiança verificados em outros países, como se observa na Figura 1.

1 Ver o estudo de Lake (2001) sobre as implicações das redes e estruturas sociais dos vizinhos no contexto e na participação política.

2 A correlação entre a confiança generalizada e a confiança nas instituições foi verificada no estudo de Rothstein (2000) sobre a Suíça. O autor observa que as instituições democráticas podem conduzir a uma confiança social interpessoal e vice-versa. Na comparação dos *surveys* analisados, o autor destaca a elevação dos índices de capital social naquele país.

Os índices de confiança nas instituições em geral são baixos nos três cruzamentos de variáveis analisadas: gênero, tipo de escola e capital ou interior. Em média, 55% dos jovens não confiam nos representantes dos legislativos municipais, e o nível de desconfiança aumenta nas esferas dos legislativos estaduais e federal.

A confiança social e a interpessoal são um pouco maiores entre as meninas e em escolas privadas. Já a confiança institucional é um pouco maior entre os meninos, também nas escolas privadas. Mesmo assim, os estoques de capital social ainda são baixos, sendo somente amenizados em relação à confiança nas pessoas mais próximas - índice que se eleva entre os jovens do interior.

A cooperação é um conceito importante para os estudos do capital social. É também uma característica constitutiva do ser humano. O debate sobre a propensão cooperativa ou competitiva do homem assinala que a competição pode ser útil para dinamizar ambientes econômicos, mas isto não quer dizer que a competição seja inerente à natureza humana. Quando as estruturas são hierárquicas e verticais, autoritárias e autocráticas, estimula-se a competição. No entanto, quando “os espaços são democráticos, favorecendo a partici-

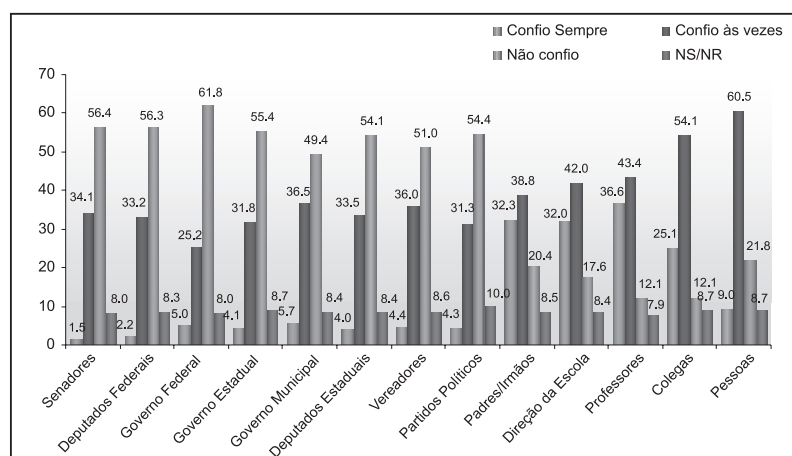


Figura 1. - Nível de confiança social (%).

Fonte: Dados de pesquisa da autora (Nazzari, 2003). N = 2.119

pação e a organização em redes, a tendência é do desenvolvimento de procedimentos que estimulem a cooperação”. Neste sentido, observa-se, por exemplo, que, “na área econômica, o capital gerado pela cooperação e pelas relações horizontais estimula a fluência de informações e promove a inovação, a criatividade e a produtividade” (AED, 2003, p. 22-3).

Nesta direção, a análise dos índices de cooperação entre os jovens pode indicar níveis de reciprocidade e engajamento em associações, o que, por sua vez, poderá possibilitar a elevação dos estoques de capital social. Contudo, no presente estudo observa-se que os jovens manifestaram uma percepção mediana que pode promover, no futuro, a compreensão da importância de um comportamento cooperativo para criar mecanismos que colaborem na elevação dos estoques de capital social na sociedade.

Neste sentido, na Figura 2 se faz uma sondagem sobre a seguinte questão: o que deve ser feito para que os jovens cooperem entre si? Quando se examina como os jovens percebem quais seriam os atributos que viabilizariam uma forma de cooperação entre eles, a maioria deles (33,4%) aponta para a necessidade de desenvolver um senso de coletividade. Este dado demonstra a consciência dos adolescentes a respeito

da necessidade de contribuir nas relações coletivas.

A percepção sobre a cooperação dos jovens na atualidade não indica níveis de reciprocidade e engajamento, embora haja compreensão da importância de um comportamento cooperativo para criar mecanismos que permitam elevar os estoques de capital social na sociedade.

Destaque-se que uma geração cooperativa requer confiança mútua, que pode ser incrementada por um processo de socialização política que transmita crenças e valores de eficácia política e contribua para o engajamento e participação política dos jovens nas instâncias decisórias de poder. Para isto torna-se necessário analisar a variável participação, a fim de verificar se o conhecimento e o sentimento dos jovens em relação às instituições políticas podem impedi-los da participação em outras instâncias da vida comunitária, o que poderá incentivar a formação do capital social e o fortalecimento da democracia no País.

Capital social: participação política

Segundo Putnam (1996) e Coleman (1988), entre outros, são os níveis de participação e de organização de uma sociedade que denotam

os estoques de capital social nela existentes.

Para Pagé e Chastenay (2003), fatores sociodemográficos tais como a história, as normas públicas e a diversidade marcam etapas cruciais entre os índices de capital social dos jovens canadenses. Para complementar a pesquisa sobre as dimensões de confiança e cooperação, os estudiosos apontaram uma terceira dimensão, que é composta de quatro fatores: participação atual, participação futura, confiança nos personagens políticos e participação efetiva.

Principalmente as participações dos jovens em atividades estudantis têm repercutido na vida política e comunitária do estudante. Desse modo, a participação dos jovens em associações e outras formas de interação social é criadora de capital social, porque tem efeitos na socialização política, “ampliando a aquisição de normas e valores cooperativos, bem como de confiança necessária para o funcionamento adequado da democracia. As associações funcionam como escolas para se aprender democracia” (Stolle e Hooghe, 2002, p. 3).

Nesta direção, os índices de capital social dos jovens brasileiros sofrem o impacto dos graves problemas socioeconômicos que afligem o País, diante da influência das mudanças científico-tecnológicas atuais. Estas mudanças levaram ao conflito de como se adaptar à nova realidade, tendo ainda uma cultura política com nuances arcaicas de autoritarismo e clientelismo político. Neste sentido, as questões levantadas a seguir procuram verificar se as alterações das transformações nas estruturas sociais e no comportamento dos jovens vêm redefinindo os espaços democráticos e a ampliação da cidadania entre eles.

Para ampliar o grau de participação dos jovens em entidades associativas, estes devem acreditar

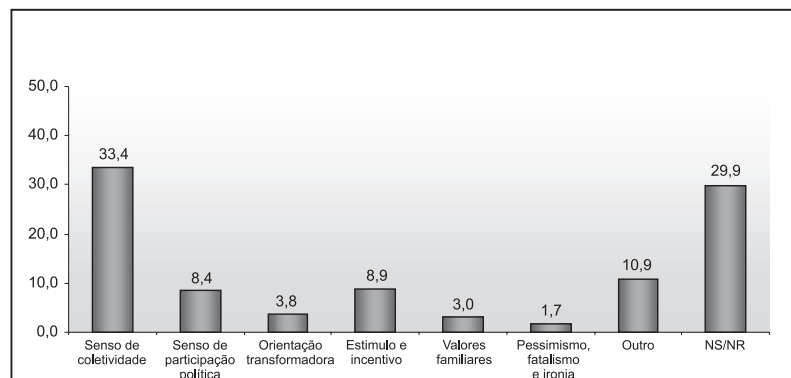


Figura 2. Cooperação (%).

Fonte: Dados da pesquisa da autora (Nazzari, 2003). N = 2.119.

na eficácia de sua participação. Os dados deste estudo sugerem que, para boa parte dos entrevistados (75,8%), existe um reconhecimento de que a participação em atividades associativas poderia colaborar para mudar muita coisa no país, podendo indicar que existe uma perspectiva de participação futura dos jovens. Neste item, as meninas e a escola pública apresentaram índices mais elevados de estoque de capital social que os meninos e a escola privada.

A pesquisa mostra com frequência que a interação social é pré-requisito para a criação de confiança generalizada e reciprocidade (Putnam, 2000). A lógica da abordagem na sociedade implica que as associações desempenham uma função na socialização, porque a interação em associações voluntárias e as experiências de cooperação socializam os membros para a democracia e ampliam as redes de parcerias.

A intenção de investir mais na participação futura, que inclui uma vasta gama de atividades de participação política e civil, é um pouco maior entre as meninas do que nos meninos da amostra. No entanto, observar-se-á posteriormente que a participação política ocupa um lugar pequeno no elenco de atividades comunitárias, pois participação política exige um envolvimento na vida política, como a adesão a um partido, participar das eleições, contatar os políticos para saber sua opinião sobre os temas de interesse. E os jovens demonstram a intenção de investir apenas ocasionalmente nas atividades de significados civis e políticos.

No entanto, cabe destacar que o percentual de jovens brasileiros que votaram nas últimas eleições está se elevando. Informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indicam que na “eleição de 2000, 43% dos adolescentes com 16 e 17 anos no Brasil tinham o título eleitoral. Entre os adolescentes entrevistados na pesqui-

sa A Voz do Adolescente, o resultado chegou a 38,6% dos entrevistados” (UNICEF, 2002, p. 122).

Segundo pesquisa da UNICEF (2002), entre os adolescentes em idade eleitoral, 41,3% assinalaram que não participam das eleições porque acham que ainda não têm idade, 21,9% não participam porque não gostam de política e apenas 3,4% participam votando e fazendo campanha para os candidatos de sua preferência. Destaca-se também, em relação ao envolvimento dos jovens em associações comunitárias, grêmios escolares, discussões sobre problemas do bairro, organização de festas e gincanas, que “65% dos adolescentes entrevistados nunca participaram desse tipo de atividade” (UNICEF, 2002, p. 124). Entre as 13% atividades associativas assinaladas pelos jovens na pesquisa da UNICEF (2002), aparecem os grêmios escolares e a organização de gincanas. Estes dados apontam a precária participação dos jovens na vida cívica.

A participação poderia possibilitar o desenvolvimento de confiança e propiciar que as experiências de âmbito restrito levem à participação em grupos mais organizados para a valorização do coletivo, “que podem estimular predisposições positivas em relação à eficácia política de cada cidadão” (Baquero, 2001b, p. 40).

Assim, torna-se pertinente examinar as predisposições dos jovens em

participar de atividades associativas, pois isto pode ser um indicador de eficácia política. Dessa forma, formulou-se a pergunta que indaga: Se fosse convidado a participar de alguma atividade associativa, você: participaria, depende, ou não participaria? Os resultados dos dados estão apresentados na Figura 3.

Nota-se que o componente de eficácia política influencia a dimensão de participação dos jovens brasileiros. Percebe-se que atitudes de pouca participação vêm acompanhadas de um reconhecimento latente de participação futura. Ao mesmo tempo, os entrevistados reconhecem a necessidade de participar para mudar as coisas, e os índices apontam para a intenção mediana de ampliar sua participação futura nas atividades associativas, caso sejam convidados, atitudes verificadas por meio dos dados coletados na amostra da presente pesquisa.

A maioria ainda não se sente segura para participar de alguma atividade, pois 61,4% responderam que depende; 30,6%, que participariam; enquanto 5,5% não participariam e 2,5% não sabem ou não responderam a questão. Há, contudo, uma clara distinção entre a percepção subjetiva dos estudantes entrevistados de participarem das atividades associativas e a sua disposição de realmente participar nelas. A questão aberta de cunho qualitativo pode reforçar esta análise.

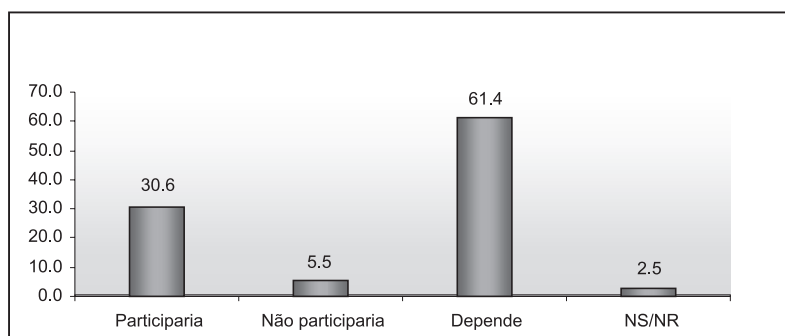


Figura 3. Convite para participar de alguma atividade associativa (%).
Fonte: Dados da pesquisa da autora (Nazzari, 2003). N = 2.119.

Neste item, observou-se uma eficácia política na variável predisposição para a participação futura em atividades associativas dos jovens brasileiros. Os jovens das escolas públicas e as meninas apresentaram um índice maior de eficácia política do que os das escolas privadas e os meninos. Os jovens têm uma percepção média de que sua participação teria alguma influência nas questões da comunidade, porém acredita-se que não vêm sendo socializados para a participação presente e efetiva nas associações e grupos de suas comunidades. Colabora para este comportamento o hibridismo da cultura política brasileira, que mescla democracia e autoritarismo, segundo Schmidt (2000).

Sabe-se, porém, que as associações exercem forte efeito sobre a socialização política. As consequências da participação em associações mostram que a organização dos membros amplia a democracia e atrai a participação dos não membros (Stolle e Hooghe, 2002, p. 4).

Almond e Verba (1963, *in* Stolle e Hooghe, 2002, p. 4), em pesquisa realizada nos EUA, já apontavam que membros de associações são mais ativos, informados sobre política e confiantes em suas habilidades de afetar a vida política, ou seja, têm sentimentos de eficácia política para a sustentação das normas democráticas. O efeito da socialização nas associações ocorre quando os membros convergem para a polarização entre “seleção e adaptação” nas organizações e a influência e convergência dos padrões de valores dos componentes das associações.

Neste estudo, os jovens estudantes das escolas públicas apresentaram índices de estoques de capital social 13,6% maiores que os da escola privada quanto à possibilidade de participação futura. A participação em associações tem efeitos na vida comunitária do jovem, é fator

importante para o estreitamento dos laços sociais, bem como é indispensável para ampliar as perspectivas em relação ao futuro, ponto de investigação do próximo item.

Participação nas atividades associativas

Observa-se que, de forma geral, os jovens brasileiros são pouco envolvidos com organizações políticas ou movimentos sociais. Contudo, sabe-se que a frequência de participação nas atividades associativas incentiva os membros a adquirir maiores níveis de confiança e tolerância, demonstrando que a experiência em participação social tem efeitos nas atitudes cívicas.

Neste sentido, verifica-se a relação entre os estoques de capital social e a frequência de participação dos jovens nas atividades associativas.

A Figura 4 destaca a frequência da participação dos jovens nas atividades associativas. A alternativa “passeios” foi a atividade assinalada pela maioria dos entrevistados (34,7%); as festas dançantes aparecem em segundo lugar, com 26,3%. Do total de entrevistados que participam sempre, 22,5% escolheram as associações desportivas; 20,2% atividades associativas religiosas;

6,2% atividades ligadas às associações de estudantes; 5,9% atividades ligadas às associações comunitárias; 3,9% associações tradicionalistas; 3,5% participação em ONGs; 1,6% atividades ligadas às associações sindicais.

Tendo em vista os índices apresentados anteriormente acredita-se na importância da participação política para promover mudanças no país, o que pode apontar para uma perspectiva de participação futura dos jovens.

Entre as atividades associativas assinaladas pelos jovens aparecem os grêmios escolares e a organização de gincanas. Estes dados apontam a precária participação dos jovens na vida cívica. Note-se que o componente de eficácia política influencia a dimensão de participação dos jovens brasileiros. Os jovens têm uma percepção média de que a sua participação teria alguma influência nas questões da comunidade, porém acredita-se que não vêm sendo socializados para uma atuação presente e efetiva nas associações e grupos de suas comunidades.

No indicador sobre frequência de participação em atividades associativas, as meninas apresentaram índices um pouco mais elevados de estoque de capital social do que os meninos. Os passeios têm a pre-

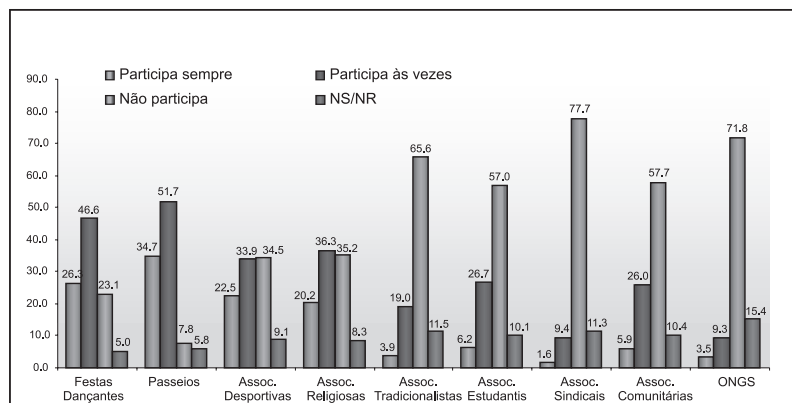


Figura 4. Frequência de participação nas atividades associativas (%).
Fonte: Dados da pesquisa da autora (Nazzari, 2003). N = 2.119.

ferência dos entrevistados, independentemente do tipo de escola. Em escolas públicas e privadas, do interior ou da capital, a frequência de participação dos jovens em atividades associativas apresenta índices semelhantes, embora a participação em associações estudantis seja maior entre os estudantes das escolas públicas. Já os jovens do interior preferem participar de festas dançantes, associações tradicionalistas e comunitárias.

Se as meninas participam mais de atividades sociopolíticas ligadas às questões do cotidiano, do bairro e da escola, em espaços delimitados que influenciam diretamente suas vidas, os meninos participam do espaço público mais amplo, em manifestações e comícios. A participação em atividades associativas é maior nas escolas públicas e no interior; portanto, estes apresentaram estoques maiores de capital social na variável participação política.

A contradição, todavia, está no fato dos jovens acharem importante participar, sem que isso se concretize na sua prática. Assim, os dados apontam ainda para a existência de um *déficit* no processo de socialização política dos jovens brasileiros.

Os jovens, em geral, mostram certa homogeneidade nas avaliações sobre as variáveis do conceito de capital social e se mostram indiferentes tanto em relação aos temas públicos como aos da vida privada.

Perspectivas em relação ao futuro

As perspectivas que os jovens têm em relação ao futuro vão indicar seu envolvimento nas questões coletivas ou não, desde que incentivados pelas agências socializadoras.

Nesta direção, nos estudos da UNICEF (2002, p. 85-7) os adolescentes demonstraram “forte esperança quanto ao seu futuro: 59% acreditam que sua vida será melhor em re-

lação à de seus pais e 4% acham que será pior”.

Em relação à pergunta sobre o que falta para que as suas vidas melhorassem, a maioria (21%) não respondeu, 15% assinalaram a falta de bens materiais, 10% emprego e 8% estudo, e 12% não responderam. Os adolescentes também foram perguntados se tinham um sonho a ser realizado, e 78,5% responderam que sim, 18,9% disseram que não e 2,6% não responderam. A capacidade de sonhar transcende a classe social e o gênero, segundo conclusões da pesquisa da UNICEF (2002, p. 87).

O tipo de sonho mais indicado foi ter uma profissão, seguido de dinheiro e bens materiais. “A frequência de sonhos ligados à coletividade, ao bem-estar da população foi de 5%, igual ao sucesso nos esportes. O principal mecanismo para atingir seus sonhos foi o estudo, seguido de recursos financeiros e outros” (UNICEF, 2002, p. 87).

Observa-se que o apoio governamental é essencial para resgatar a confiança dos jovens no futuro e a efetiva participação em associações.

Neste sentido, a Figura 5 apresenta os índices sobre as perspectivas dos jovens brasileiros em relação ao futuro, em relação à questão: “Quanto ao seu futuro, você o vê com”:

Na presente pesquisa, o índice de

otimismo se apresenta mais elevado, ou seja, é 34% maior que na pesquisa de Schmidt (2000). Este fator pode ser explicado pela conjuntura em relação às eleições de 2002, que mostrou ser motivadora de uma perspectiva de mudança para toda a sociedade brasileira. Esses dados mostram-se também no tocante à incerteza; 28,8% e 33,4% respectivamente, e pessimismo: 3,2% e 24,9%, bem como NS/NR: 12,5% e 20,1%. Acredita-se que conjuntura política apontou para índices de confiança maiores em relação aos candidatos do pleito de 2002.

Neste sentido, a perspectiva da situação econômica das pessoas nos próximos anos pode colaborar para delinear um quadro positivo ou negativo da ampliação dos estoques de capital social no país. Isto se relaciona às perspectivas dos jovens sobre a situação econômica, a fim de identificar a confiança no governo e na sociedade. Neste sentido, observou-se que para a maioria (30,8%) a situação econômica das pessoas vai piorar nos próximos cinco anos, 21,8% indicam que ela vai melhorar, 19,7% que vai ficar igual e 27,7% não sabem ou não responderam. No entanto, contraditoriamente, na questão sobre as oportunidades para os jovens no Brasil, 34,9% acreditam que vão melhorar, 24,6% que vão ficar iguais e 19,3%

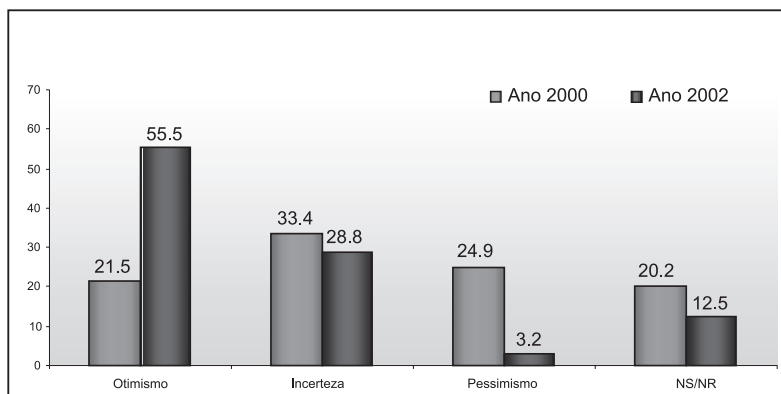


Figura 5. Perspectivas dos jovens em relação ao futuro (%).
Fonte: Dados da pesquisa da autora (Nazzari, 2003) (N = 2.119) e Schmidt (2000).

que vão piorar, enquanto 21,2% não sabem ou não responderam.

Os adolescentes manifestam visões claras dos problemas brasileiros, “apontando a má distribuição da riqueza como principal responsável pelo problema do País” (Souza, 2002, p. 53). Em geral, nos estudos das décadas de 80 e 90, os jovens associavam a política à corrupção e mostravam-se pessimistas em relação ao futuro, principalmente quanto às questões econômicas; contraditoriamente, no entanto, neste estudo, observou-se uma ampliação nos índices de otimismo em relação ao futuro e à crença em oportunidades para os jovens no Brasil. Acredita-se que isto se deva à perspectiva de otimismo e confiança despertada pelas eleições presidenciais de 2002.

Observa-se uma consciência dos jovens em relação aos problemas sociais, tais como desemprego, violência, drogas, entre outros problemas que afligem as novas gerações, impedidas de ascender nas escalas sociais por conta das políticas ligadas à globalização e ao receituário neoliberal que priorizou a estabilidade econômica, em detrimento dos problemas da exclusão social.

Quanto às expectativas em relação ao Brasil, por um lado, o número de adolescentes que acredita que o País está se tornando um lugar melhor para se viver (27,6%) está muito próximo da porcentagem que acha que o País está se tornando um lugar pior para se viver (27,1%). Por outro lado, destacam-se algumas alterações em relação aos índices de otimismo nos níveis de confiança social e de que as oportunidades para os jovens tendem a melhorar no País. Para 34,9% dos jovens, as oportunidades para os jovens brasileiros vão melhorar; para 24,6%, vão ficar iguais; para 19,3%, as oportunidades vão ficar piores, e 21,2% não sabem ou não responderam.

Na questão sobre a escolha pro-

fissional, apesar de 47% não se terem definido, a maioria escolheu as mais variadas profissões, com pequena margem de preferência para as engenharias e a medicina. Este índice sobe para 75% entre os jovens do ENEM (2001). As expectativas profissionais e de inserção social e os valores do jovem participante da pesquisa permitiram verificar que a preocupação dos jovens em relação ao futuro está aliada ao capital humano. A maioria (57,6%) tinha como principal decisão prestar vestibular e continuar seus estudos; para 18%, a decisão era prestar vestibular e continuar trabalhando.

O futuro em geral é a principal preocupação dos jovens (33,8%); para 27,1%, conseguir entrar na universidade; para 14,7%, conseguir trabalho, e para 8,6%, terminar os estudos. As “expectativas com a profissão e com as chances de cursar o ensino superior são fortes. Pouco mais de 60% dos jovens planejam para seu futuro de médio prazo, 4 ou 5 anos, vir a ter um diploma universitário e conquistar um bom emprego”. Apenas 11% dos jovens planeja abrir um empreendimento próprio e ganhar dinheiro (ENEM, 2001, p. 43).

“Os estímulos para a escolha profissional são vários, como a família, o mercado de trabalho e a própria identidade profissional”. Segundo dados divulgados no relatório do ENEM (2001, p. 44), no entanto, foi possível verificar algum grau de associação entre algumas profissões e tipos de escola. A escolha das áreas de humanas, biológicas e saúde parece ocorrer mais entre os que frequentam as escolas privadas durante o ensino médio. Destaca-se também a baixa escolha do magistério de 1º e 2º graus entre os que frequentam a escola pública. A identidade com a profissão foi a opção de 59,6% dos entrevistados; 36,5% apontaram a influência dos pais; 22,1%, facilidade para obter emprego; 20,8%, o

próprio trabalho; 20,2%, a escola; 19,8%, o estímulo financeiro.

No entanto, cabe destacar que os jovens vêm sofrendo os efeitos dramáticos e devastadores de transformações e exclusões profundas deste período de transição atual, chamado pelos pensadores de “pós-modernidade à brasileira”. A juventude, “como categoria social e como categoria de subjetividade, são caracterizadas, antes de tudo, por sua fragmentação e pelo seu caráter difuso e de difícil contorno”. Assim, no Brasil, “à crise de valores, dos símbolos” e das agências socializadoras clássicas - “entre as quais a escola e a família - se conjugam as mutações tecnológicas e econômicas profundas, comparáveis, em sua envergadura e extensão, à Revolução Industrial” (Souza, 2002 p. 57).

Segundo Souza (2002), os efeitos negativos dessa conjuntura sobre os jovens, conjuntura caracterizada pelo individualismo e consumismo, a gravidez indesejada, a AIDS e as drogas, e principalmente a violência e exclusão, não podem deixar de nos permitir observar também os aspectos positivos, na procura de saber quem são, como pensam e como reagem os jovens brasileiros.

Nesta direção, observa-se que, apesar dos obstáculos, impasses e conflitos a que estão submetidos, muitos jovens criam alternativas e estratégias originais de sobrevivência psíquica, emocional, intelectual, socioeconômica, cultural e política, entre outras. Alguns conseguem transcender os limites impostos pelas mudanças e pela crise atual, desenvolvendo mecanismos de confiança nas pessoas, cooperação sistêmica e participação nas questões coletivas, ampliando o capital social de suas comunidades.

Conclusão

Os jovens são pressionados para

o bom desempenho na carreira e o sucesso; seu tempo livre está mais voltado para a sua inserção no mercado de trabalho, o que os leva a posturas individualistas e distantes das relações de solidariedade requeridas para se ter capital social.

Ademais, os jovens vêm sofrendo os efeitos dramáticos e devastadores das transformações e exclusões da atualidade. No Brasil, a crise de valores, dos símbolos e das agências socializadoras clássicas se conjuga às profundas mutações tecnológicas e econômicas.

A situação da juventude brasileira, pautada por obstáculos, impasses e conflitos que dificultam o desenvolvimento de redes de confiança, cooperação e reciprocidade entre os jovens, coloca as ciências sociais e, em especial, a ciência política diante do desafio de criar alternativas e estratégias que permitam transcender os limites impostos pela crise atual, de forma a permitir o empoderamento dos jovens, estimular a geração de capital social e promover a participação política e a socialização para a democracia.

Os resultados desta investigação evidenciaram que são incipientes no Brasil pesquisas referentes à relação entre capital social e socialização política. Também foi observada a deterioração de algumas redes sociais, contraditoriamente à aparente revitalização da vida política e comunitária em nível nacional. E, nesta direção, percebe-se a existência de baixos índices de confiança, cooperação e participação na vida comunitária, variáveis que evidenciam níveis baixos de estoque de capital social.

Observou-se que a socialização política, até o presente momento, não vem incentivando nos jovens sentimentos e comportamentos relacionados à importância da frequência de participação em atividades associativas e políticas, e isto não propicia a estocagem de capital so-

cial na comunidade, visto que a participação dos jovens é baixa e esporádica. Os assuntos de política não despertam o interesse dos jovens brasileiros. A televisão é a principal fonte de informação dos jovens e exerce maior influência sobre as atitudes políticas. Os jovens da capital se informam mais, lêem mais jornais e têm maior acesso à Internet.

No geral, as meninas apresentam índices um pouco maiores de capital social que os meninos em relação à participação em atividades sociopolíticas, apesar de acreditarem ser importante a participação. A participação em atividades associativas é maior nas escolas públicas e no interior; portanto, estes apresentaram estoques maiores de capital social na variável participação política. Observam-se, assim, falhas no processo de socialização dos jovens na escola e em outras instituições promotoras de relações sociais, porque a maioria não soube identificar o porquê de ser importante a participação política dos jovens, pois estes não vislumbram formas de como efetivamente participar e nem mesmo sentem-se motivados a participar de atividades com outras pessoas.

A família começa a apresentar bons resultados na socialização dos jovens para o capital social. O mesmo não se registrou nas demais agências socializadoras (escola, mídia, Igreja, grupos comunitários e associações), que não apresentaram índices satisfatórios de contribuição no sentido de incentivar mecanismos que desencadeiem, no comportamento juvenil, o envolvimento em associações voluntárias, ampliando nestes a incorporação de crenças e valores de confiança e solidariedade, de modo a permitir o incremento de capital social.

As variáveis principais do capital social - confiança, cooperação e participação grupal - não estão sendo favorecidas pelo processo de socia-

lização política vigente, o que, por sua vez, estaria predispondo os jovens a desenvolverem atitudes de apatia e indiferença ou de envolvimento e participação em atividades associativas. Contribuem para estes efeitos perversos os efeitos conjunturais do processo de globalização e os efeitos estruturais indicados por uma cultura política híbrida e de desconfiança entre os jovens, que incide sobre a socialização destes de forma a não permitir a ampliação dos índices de capital social. Assim, tampouco estão contribuindo suficientemente para revitalizar ou recriar espaços democráticos, para estimular novas formas de cooperação, organização e de participação política, bem como para ampliar a esfera de participação na sociedade civil.

Pois, como enfatiza Prá (2001), o capital social filia-se à lógica esposada pelos setores sociais subalternos em defesa da afirmação da identidade cultural de cada povo, elevando a auto-estima por meio da transmissão de valores relacionados a confiança, cooperação, identidade comum e respeito pelas instituições. Esta promoção deve ser feita em conjunto pela sociedade e o Estado para promover o desenvolvimento humano e sustentável, equitativo e democrático.

Referências

- AED - Agência de Educação para o Desenvolvimento. 2001. Brasília. Disponível em: www.aed.org.br, acesso em: 05/01/2003.
- BAQUERO, M. (org.). 2001a. *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre, Universidade, 208 p.
- BAQUERO, M. 2001b. Os desafios da democracia na América Latina: globalização e capital social. Trabalho apresentado no simpósio Los Procesos de Modernidad, Democratización y Nuevas Relaciones entre Estado y Sociedad, no X Congresso da Federación

- Internacional de Estudios sobre América Latina y el Caribe (FIEALC). Moscú, Rússia, de 25 a 29 de junho de 2001.
- COLEMAN, J. 1988. Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, **94**:95-120.
- ENEM. Exame Nacional de Ensino Médio. 2001. *Relatório pedagógico*. INEP-Ministério de Educação. Brasília, dez.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1997. *Associativismo, representação de interesses e intermediação política*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br, acesso em 05/06/2000.
- KRISCHKE, P.J. (org.). 2000. Juventude e socialização no Sul do Brasil. In: P.J. KRISCHKE, *Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do Cone Sul*. Florianópolis, Ed. da UFSC, p. 11 - 26.
- LAKE, R. La D. 2001. Social Capital in Context: Implications of Social Capital Networks Structure and Neighborhood Context on Civic and Political Participation. Dissertation, chapter 3. Disponível em: www.indiana.edu/~iupolsci/pplace/lake3.htm, acesso em: 22/02/2001.
- MISZTAL, B.A. 1998. *Trust in Modern Societies: The Search for the Bases of Social Order*. Cambridge, Polity Press.
- NAZZARI, R.K. 2002. *Socialização política e construção da cidadania no Paraná*. Cascavel, EDUNIOESTE, p. 201. (Coleção Thésis).
- NAZZARI, R.K. 2003. *Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira*. Porto Alegre, RS. Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 330 p.
- PAGÉ, M. et CHASTENAY, M.-H. 2003. *Jeunes citoyens du Québec, du Nouveau-Brunswick et de l'Alberta*. Montreal, Département de psychologie et GREAPE/Université de Montreal.
- PRÁ, J.R. 2001. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: M. BAQUERO (org.), *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre, Editora da Universidade, p. 173-208.
- PUTMAN, R.D. 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- PUTMAN, R.D. 2000. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York, Simon & Schuster.
- ROTHSTEIN, B. 2000. Social Capital and Institutional Legitimacy. Presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Washington DC, August 31 - September 3.
- SCHMIDT, J.P. 2000. *Juventude e política nos anos 1990: um estudo da socialização política no Brasil*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 356 p.
- SOUZA, M.C.C. 2002. Aspectos psicossociais de adolescentes e jovens. In: Cadernos INEP, *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Série Estado do Conhecimento. Brasília, MEC/Inep/Comped, p. 35-65.
- STOLLE, D. and HOOGHE, M. 2002. Preparing for the Learning School of Democracy: The Effects of Youth and Adolescent Involvement on Value Patterns and Participation in Adult Life. Paper prepared for the McGill University workshop on Citizenship on Trial: Interdisciplinary Perspective on Political Socialization of Adolescents. Montreal June 20-21.
- UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. 2002. *A voz dos adolescentes*. Unicef/Fator OM.